

A perpetuação do estamento burocrático brasileiro.

Vinicius Ferrasso

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

I. Introdução

II. A origem do estamento burocrático brasileiro

III. A perpetuação do estamento burocrático brasileiro

IV. Considerações finais

RESUMO: O presente artigo descreve as origens das relações entre povo e o Estado a partir da obra de Raymundo Faoro, retratando as origens e o desenvolvimento do Estado brasileiro, que dirigido por uma classe dirigente sem conexão com uma base, gera uma classe dirigente que se renovava dentro dela própria. Identificando que a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil cria o estamento burocrático, uma estrutura administrativa obsoleta e inoperante que iria ser mantida com a Independência, um quadro administrativo e estado-maior de domínio, configurando um governo de uma minoria, onde poucos o dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos. Ao final, restar-se-á demonstrado que o estamento burocrático se perpetuou no seio da Administração Pública brasileira, criando o grande mal da contemporaneidade brasileira, a corrupção, que assola o Brasil desde a chegada da Família Real Portuguesa em terras brasileiras.

PALAVRAS CHAVES: Raymundo Faoro, Estamento burocrático, Administração Pública.

ABSTRACT: Raymundo Faoro, bureaucratic status, public administration.

KEYWORDS: This article describes the origins of the relationship between people and the state from the work of Raymundo Faoro, portraying the origins and development of the Brazilian state, directed by a ruling class with no

connection to a base, it generates a ruling class that was renewed within itself. Identifying that the transfer of the Portuguese Court to Brazil creates the bureaucratic status, an obsolete administrative structure and dead would be maintained with independence, an administrative framework and general staff domain, setting up a government of a minority, where few direct it , control and infuse their standards of conduct to many. At the end, it will remain-shown-that the bureaucratic status was perpetuated within the Brazilian Public Administration, creating the great evil of contemporary Brazilian, the corruption that plagues Brazil since the arrival of the Portuguese Royal Family in Brazilian territory.

I. Introdução

Até os dias atuais, o Estado brasileiro se apresenta com características nítidas daquilo que Raymundo Faoro denominou de estamento, ou seja, condutas de membros do sistema, tais como: políticos, empresários de grandes empresas e funcionários públicos, vivendo em um mundo que os fazem acreditar ser o Estado ensimesmado, deixando a nação de lado. A obra de Raymundo “*Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro*” nos faz ver que tudo isso que está aí dado, tem origem desde o nosso Período Colonial, não se apresentado como novo. Na obra de Faoro, a conjectura está sobre a pertinência da teoria do Estado patrimonial-estamental brasileiro e seus desdobramentos partindo da Revolução do Mestre de Avis português para chegar aos anos de ação do ex-presidente Getúlio Vargas, em um recorte extenso, Raymundo Faoro propõe algo além da conhecida chave interpretativa Estado patrimonial-estamental. O jurista-historiador delimita os contornos de uma teoria da origem da nação brasileira, onde destaca em suas palavras:

“Quatro séculos de hesitação e de ação, de avanços e recuos, de grandeza e vacilação serão a resposta de um passado teimosamente fixado na alma da nação. Estado e nação, governo e povo, dissociados e

*em velado antagonismo, marchando em trilhas próprias, num equívoco renovado todos os séculos, em contínua e ardente procura recíproca*¹

Os Donos do Poder apresenta uma interpretação *sui generis* das origens e do desenvolvimento de um Estado brasileiro, não de uma nação brasileira, malograda por ação do próprio Estado. Raymundo Faoro diz sobre um Brasil que, engendrado por uma empreitada portuguesa, português não deixou de ser. Para Faoro, não há uma Nação para o povo e, sim, para a perpetuação do poder estamental-burocrático. A alternativa se encontraria no livre desenvolvimento de um capitalismo industrial que possibilitaria a criação de uma sociedade nacional conscientizada e, conseqüentemente, apta a desenvolver uma cultura genuína. O autor enfatiza o econômico no processo colonial português de características capitalistas. Se puderem ser assinalados traços de privatismo na organização interna, eles não foram para ele o mais importante. Nesse caminho o expansionismo ultramarino português decorreu de um capitalismo politicamente orientado e, em função dele, foi transposta para o Brasil toda a máquina político-administrativa portuguesa que será o estamento burocrático, aquilo que vimos ainda atualmente na estrutura do Estado brasileiro.

Esta estrutura básica que se apresenta, exsurge como uma capa social rígida, engessada, que sufoca uma nação que poderia ser brasileira, mas não o é. Sobre essa estrutura, o estamento-patrimonial, Faoro acentua que o Brasil era dirigido por uma classe dirigente sem conexão com uma base, uma classe dirigente que se renovava dentro dela própria. Esse é o estamento, que se renova dentro dele próprio, e se renova por um fenômeno de circulação de elites.²

A partir disso, pretender-se-á analisar a atual realidade brasileira, que como já referido inicialmente, encontra-se ainda sujeitada ao estamento-burocrático, realidade que prejudica a todos os brasileiros, principalmente aqueles que se encontram as margens do estamento.

¹ - FAORO, Raymundo. Os donos do Poder – Formação do patrono político brasileiro. 3º edição. ed. rev. – São Paulo: Globo, 2001. Pág.114.

² - FAORO, Raymundo. Os donos do Poder – Formação do patrono político brasileiro. 3º edição. ed. rev. – São Paulo: Globo, 2001. Pág.832-836.

II. A origem do estamento burocrático brasileiro

A expressão estamento burocrático que perpassa toda a Obra de Faoro, sem dúvida, como uma das marcas registradas de *Os Donos do Poder*, representa sem restar dúvidas o divórcio entre o Estado e a Nação, em passagem analisando o Sistema Político do Segundo Reinado (Cap.X), escreve Faoro: “*Sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político-social, o conhecido e tenaz estamento burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos.*”³

A conotação weberiana do conceito é evidente, sendo a obra de Max Weber, cujo termo foi largamente citado em sua obra *Economia e Sociedade*. Não é preciso lembrar que Weber foi um dos, senão o sociólogo que mais trabalhou com as categorias estamento e burocracia. Mas Faoro adverte no já citado Prefácio à 2ª edição, que, apesar de seu próximo parentesco, o livro não segue a linha de pensamento de Max Weber. Aliás, também afirma não ser marxista.⁴

É claro que classe e estamento não se confundem. Faoro explica que a palavra estamento foi sugerida na Sociologia moderna por Max Weber (em *Economia e Sociedade*). No original (em alemão), é *stand*. Conforme Faoro, a palavra estamento foi incorporada ao português via o espanhol, derivada da mesma raiz da palavra Estado. Aí reside uma dificuldade: a da tradução. Mas, segundo o autor a classe e estamento não se confundem. Segundo Faoro, o estamento é uma comunidade amorfa, seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo qualificado para o exercício do poder. Ao contrário de classe, no estamento não vinga a igualdade das pessoas o estamento é um grupo de membros cuja elevação se calca na desigualdade social.⁵

³ - Ibidem. Págs.495-500.

⁴ - Esta palavra, incorporada ao português por via do espanhol, derivada da mesma raiz da palavra Estado – Status, de stare –, foi sugerida na sociologia moderna por Weber, Max. (FAORO, Raymundo. Os donos do Poder – Formação do patrono político brasileiro. 3º edição. ed. rev. – São Paulo: Globo, 2001. Pág.846).

⁵ - FAORO, Raymundo. Os donos do Poder – Formação do patrono político brasileiro. 3º edição. ed. rev. – São Paulo: Globo, 2001. Págs.60-61.

Conforme Faoro, em 1808 dada a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, foi consolidado o estamento burocrático. Uma estrutura administrativa obsoleta e inoperante que iria ser mantida com a Independência, um quadro administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria, onde poucos o dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos, em que este pequeno grupo de dirigente não exerce o poder em nome da maioria, mediante delegação ou inspirado pela confiança do povo, pelo contrário, governa direcionado somente para dentro.⁶

Durante o período colonial, o Brasil permanece como pedaço da estrutura estamental portuguesa. Os impostos e riquezas enviados à Coroa são os mesmos que saldam os gastos e pensões devidos aos fidalgos e dependentes do corpo estatal português. E, com a transmigração da corte portuguesa para as terras brasileiras, tal estrutura é também transmigrada. Uma espécie de centralização articulada, na corte, pela vitaliciedade, o voto manipulado não criam, como entidades feitas de vento, o sistema político, assentado sobre a tradição teimosa que permanecera em vigor a mais de quatro séculos, triturando, nos dentes da engrenagem, velhas ideias importantes, teorias assimiladas de atropelo e tendências modernizadoras, avidamente imitadas da França e Inglaterra.⁷

Alerta-se que a camada dirigente, aristocrática na sua função e nas suas origens históricas, fecha-se na perpetuidade hereditária, ao eleger os filhos e genros, com o mínimo de concessões ao sangue novo, o que prenuncia no esclorosamente, a morte precoce, farpeada de críticas e protestos, para, mais tarde, perder a vitalidade, sentada nas cadeiras supremas da política. Como sugere o autor, enquanto não soa a hora da agonia, ela governa, comanda, barganha, transige.⁸ O séc. XIX, da chegada da corte portuguesa ao período do Império é, assim, crucial para compreensão do estamento como elemento típico da política portuguesa-brasileira. Nesse momento, quando da transmigração da

⁶ - Ibidem. Págs.107-108.

⁷ - Ibidem. Págs.444-446.

⁸ - O bacharel, o pré-juiz, o pré-promotor, o pré-empregado, a véspera do deputado, senador e ministro, não criam a ordem social e política, mas são seu filho legítimo. (FAORO, Raymundo. Os donos do Poder – Formação do patrono político brasileiro. 3ª edição. ed. rev. – São Paulo: Globo, 2001. Págs.445-446.)

Coroa, na visão de Faoro, há uma possível emancipação em relação ao modelo estamental-patrimonial aos moldes portugueses malogrados. Uma elite formada já ensaiava empreender, tal qual se observa em alguns países hispano-americanos, um movimento de autonomia econômica e política. São enumerados, na própria obra, os diversos movimentos de contestação aos poderes centralizadores nos fins do séc. XVIII; portugueses ou da estrutura colonial. Mas, com a transmigração da Coroa e, conseguinte, o advento do Estado brasileiro autônomo em relação à Coroa portuguesa, paradoxalmente engendrado por elites portuguesas, a estrutura política transmigrada se sedimenta.

A Independência não extinguiu o regime colonial que apenas se modernizou. Permaneceu o divórcio entre o Estado monumental, aparatoso, pesado e a nação, informe, indefinida, inquieta. A reação centralizadora e monárquica, conservadora e oligárquica, trilhou o caminho da tradição, à sombra de D. João I e de D. João IV: ela forjou um imperador e o imperador a consolidou.⁹ Ocorre que, em nenhum momento se esclarece o porquê da insistência de Faoro no estamento-burocrático. A partir da leitura total da obra é que se pode construir uma ideia de o que seria esse estamento. O autor não determina de forma clara quem é o estamento, mas trata de como funciona, com quem se relaciona, a quem interessa a sua existência e, especialmente, o que realizou e tem realizado esse estamento dentro da história brasileira; sensivelmente percebe as dissimulações e o uso de máscaras no jogo político. Explicita alguns desses atores, aponta-os, a partir de um acontecimento esboçado, identificando quem está fazendo parte do corpo estamental num certo momento político da história, apropriando-se da estrutura de poder tradicional na política lusitana-brasileira, o estamento, assim se dá a constituição do Estado brasileiro.

Partindo da chamada Revolução Portuguesa do Mestre de Avis, quando uma nobreza se alia ao Rei por um processo de negociação, Faoro averigua uma camada de poder que aos poucos delimita seus contornos. Tal estrutura de poder, assegurada por “*privilégios jurídicos [...] pela lei ou pela tradição*”, seguiu como uma capa social rígida, nas palavras do próprio autor, perene mas plástica

⁹ - Ibidem. Pág.386.

– sabendo adequar-se as demandas e movimentos da política e sociedade. Essa estrutura, o estamento, verdadeiramente, são atores diversos: instituições privadas, do Estado, grupos econômicos, políticos, aliados ou legitimados pelo Estado e suas tradições. Criam, esses atores, relação profícua com o patronato, o Estado, engendrando uma autarquia chamada Estado patrimonial-estamental. Essa estrutura não poética, não cria ou recria nada de si para fora-de-si; pois ela é fechada em si, pensa apenas em si. O estamento pensa em si e no Estado;¹⁰ o Estado pensa em si e, para tanto, preocupa-se com o bem-estar do estamento.¹¹

São de fato atores diversos e mutáveis, parte de um mesmo corpo, o estamento. Para essa identidade comum funcionar, é preciso entender o seguinte: ao se tornar parte dessa estrutura estamental, os atores desvinculam-se de sua origem, tornando-se parte do Estado patrimonial-estamental, perdendo assim sua identidade original para conformar-se à nova, impossibilitando uma representatividade da origem, desmantelada pelo forçado estamento. A denúncia central é a uma ruptura entre o Estado e a nação, mesmo quando o Estado é composto por entes, classes, originárias da nação como já dito.¹² Assim foi, também, fundado o Estado português, uma realidade

¹⁰ - Com estabilidade, poder e prestígio social, juízes e promotores recebem como executivos da iniciativa privada, mas gozam um pacote de benefícios só possível na esfera pública. Usufruem dois meses de férias anuais – mais um recesso de 14 a 30 dias –, não têm horário fixo, ganham auxílios para moradia, alimentação, transporte, plano de saúde, dinheiro para livros e computadores e ajuda até para pagar a escola particular dos filhos. É uma longa série de benefícios, alguns que se enquadram facilmente como regalias. Variam conforme o Estado. ÉPOCA descobriu 32 delas. Além do auxílio-moradia, o mais comum é o de alimentação. Chega a R\$ 3.047 mensais para promotores do Maranhão. (Fonte: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/06/juizes-estaduais-e-promotores-eles-ganham-23-vezes-mais-do-que-voce.html>. Acesso em 05 de julho de 2015.)

¹¹ - O aparelhamento de sucção do Estado, montado sobre o sistema colonial de controle das exportações e do comércio, além de orientar a ordem social das classes, gerou consequências permanentes de dependência. A exportação comandada pela metrópole, com interferência mínima do mercado interno, onde a própria agricultura de subsistência não se expandiu, gera, no reino, uma camada opulenta – de comerciantes e fidalgos burocratizados –, que se vincula, por um processo de prolongamento passivo, na colônia. (FAORO, Raymundo. Os donos do Poder – Formação do patrono político brasileiro. 3º edição. ed. rev. – São Paulo: Globo, 2001. Pág.260.)

¹² - O patrono não é, na realidade, a aristocracia, o estamento superior, mas o emparelhamento, o instrumento em que aquela se expande e se sustenta. Uma circulação de seiva interna, fechada, percorre o organismo,ilhado da sociedade, superior e alheio a ela, indiferente à sua miséria. O que está fora do estamento será a cera mole para o domínio, enquanto esta, calada e medrosa, vê no Estado uma potência inabordável, longínqua, rígida. (FAORO, Raymundo. Os donos do Poder – Formação do patrono político brasileiro. 3º edição. ed. rev. – São Paulo: Globo, 2001. Pág.448.)

transportada até o outro lado do Atlântico, aqui fazendo morada e permanecendo; trabalhando em prol dessa ruptura, malogrando o advento de uma nação de fato brasileira. As tentativas de diálogo - entendido aqui como os momentos da história brasileira em que a nação fala ou tenta falar, quando não geme ou grita – foram violentamente extinguidas por parte do Estado, seja o português, nos idos da colonização, ou mesmo o brasileiro, quando o estamento e seu justificador, o Estado, são questionados: 1817 no Recife e 1824 e seus confederados nordestinos, são exemplos por Faoro citados; reações espasmódicas de antigas elites de um Brasil que nunca houve. O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu Estado-maior.

Esse afastamento entre nação e Estado, além da desvinculação do funcionário do estamento e sua origem, são pontos em que o historiador-jurista se ancora, demonstrando os movimentos de contestação. Mas os mesmos não prevalecem e, a cada movimento revolucionário do estamento, a nação não se pronuncia. Golpes de Estado, militares no poder, alianças oligárquicas, coronelismo são assistidos por uma nação sem voz, impotente, castrada pelo Estado estamental-patrimonial. Este povo oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política, e a nacionalização do poder, mais preocupado com os senhores, filhos do dinheiro e da subversão, do que com os comandantes do alto, paternais e, como o bom príncipe, dispersários de justiça e proteção.

A sociedade de classes só aparece no fim do Império e princípio da República, o que se constitui numa afirmativa importante, mas que coloca o difícil problema, tão caro a historiadores, do fim e da origem de um período. Essa sociedade de classes que emerge no quadro estamental e hierárquico. Do Império, é comunitariamente seletiva e progressivamente fechada. E com a República o estamento se romperia, recuando ao segundo plano, dispersado, mas não extinto, dada a supremacia do setor militar que, no Império, havia sido excluído pelo estamento. O velho estamento imperial se dissolve num elitismo de cúpula, regredindo a estrutura patrimonialista para o âmbito local, local no sentido de entrelaçamento de interesses estaduais e municipais.

Na “viagem redonda”, do patrimonialismo ao estamento, ao proclamar-se a República, nada muda. Os Militares, um dos fatores da assim chamada proclamação, assediam o estamento, adentrando-o, para permanecerem por um tempo significativo. Sem perder o total controle desse estamento, grupos econômicos, especialmente os cafeeiros, alternam-se no poder, ainda numa dialética da ambiguidade: a chamada “política dos governadores”. Observa-se que desde de D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo.¹³

É com Getúlio Vargas, apenas, que, na visão de Faoro, se discute o Brasil: é produzido um discurso e uma práxis política brasileira; ou seja, uma discussão teórica a respeito do Brasil e uma prática política nos termos dessa teoria são ensaiadas. Mesmo que Getúlio ainda não rompa com a estrutura patrimonial-estamental, o “pai dos pobres”¹⁴ aproxima o Estado da nação, fenômeno único, até então, constatado por Faoro em sua reconstituição do que se passou no Brasil, do dito achamento à República.

Depois de ter sido, durante quase dois séculos, carne viva para a varejeira lusitana, o Brasil acabou incluindo na sua vida o próprio Estado que, de lá, emigrara, na plenitude da ignomínia lusitana.¹⁵ A máquina estatal resistiu a todas as tentativas da nação de equalizar tamanha discrepância constituída pelo estamento-patrimonial aos moldes portugueses.

III. A perpetuação do estamento burocrático brasileiro

O Estado e a Administração Pública do Brasil, como se pode ver através de uma análise histórica desde a chegada da família portuguesa em terras

¹³ - FAORO, Raymundo. Os donos do Poder – Formação do patrono político brasileiro. 3º edição. ed. rev. – São Paulo: Globo, 2001. Pág.836.

¹⁴ - No amplexo daquelas multidões, em meio de frenesi coletivo, alguém, brandou: “Nós queremos Ge-tú-lio!” A multidão, como nunca São Paulo vira igual, repetia: “Nós queremos Getúlio”. (FAORO, Raymundo. Os donos do Poder – Formação do patrono político brasileiro. 3º edição. ed. rev. – São Paulo: Globo, 2001. Págs.774-775.)

¹⁵ - FAORO, Raymundo. Os donos do Poder – Formação do patrono político brasileiro. 3º edição. ed. rev. – São Paulo: Globo, 2001. Págs.445.

brasileiras, de características claramente patrimonialistas afloraram na incapacidade da elite dominante em distinguir o público (Estado) do privado (Nação) e também de não dialogarem com a sociedade. Como se viu, o aparelho do Estado representava uma extensão do poder absoluto do monarca, com auxiliares possuindo status de nobreza não havendo nenhuma diferenciação em relação aos princípios da Administração Pública. Conforme assinalou Faoro, a estrutura de poder vigente em Portugal foi transplantada para o Brasil, refletindo na forma de estruturação da Administração Pública, na qual foram criadas grandes estruturas oligárquicas que se utilizava do estamento para interesses particulares.

A partir da implantação, no país, do capitalismo e de um forte processo de industrialização ocorre o processo de separação entre o Estado e o mercado, o que conduziu o país a ingressar em um novo modelo de Administração – a Administração Burocrática, que é vigente até o momento no país.

No entanto, através dessa leitura histórica conduzida por Faoro, o mínimo que se pode depreender, é que as bases do nosso Modelo de Administração Pública contemporânea brasileira exsurgiram do estamento, e para piorar a situação, se perpetuaram até os dias de hoje, inexoravelmente, por todos os acontecimentos políticos ainda presentes no Século XXI.

O modelo burocrático de Administração Pública é um fenômeno disseminado pelos diversos Estados Nacionais, encontrando-se em maior ou menor proporção as características negativas ou positivas do modelo, cujo caráter racional-legal conduz os sistemas sociais à valorização do formal, da impessoalidade e da direção de administradores profissionais, que visam exercer cada vez mais controle sobre a sociedade.¹⁶

É bem verdade, que o referido modelo apresenta uma série de anomalias caracterizadas com base nos seguintes aspectos, a saber: (i) a ocorrência de decisões centralizadas na alta hierarquia, que restringem acentuadamente a atuação das partes no processo decisório; (ii) a paralisação do aparelho; um funcionamento através de procedimentos baseados em regras que geram

¹⁶ - MOTTA, F.C. P. O que é burocracia: São Paulo: Brasilienses, 2007.

significativa rigidez, se tornando superadas e inúteis em relação às expectativas dos cidadãos; (iii) a superposição organizacional conduzindo os entes públicos a atuar de forma individualizada, sem implementar a visão de todo, decorrente de um funcionamento sistêmico, dificultando a coordenação e o atendimento às demandas sociais.

Depreende-se que esta aplicação distorcida da Teoria da Burocracia, ao fim ao cabo, resulta na existência de uma supervalorização das regras e normas, como finalidade das ações e não como mecanismos de cumprimento do princípio da legalidade de seu funcionamento, há uma espécie de excesso burocrático; os cidadãos acabaram inseridos dentro de um voltado para o interior do Estado; o uso do controle não como avaliação das ações, mas como mecanismo de burocratização, superposição e elevação dos custos dos serviços e uma fragmentação de responsabilidade, o que dificulta a avaliação externa por parte dos cidadãos, que muitas vezes perplexos, se quer conseguem distinguir qual é o órgão do Estado responsável para a interposição de uma demanda administrativa.

Tudo isso corrobora para afirmar que a Administração Pública contemporânea é uma espécie de estamento-burocrático conforme e definição de Faoro, o que leva os cidadãos a desenvolverem descrédito em relação ao funcionamento do Estado e sua capacidade em atender as demandas coletivas. A forma de gestão da Administração Pública é ineficiente, decorrente do modelo Burocrático que ora se descreve, o que verdadeiramente não se sustenta na sociedade do Século XXI, na qual o sistema de governo é, predominantemente, democrático, que no dizer de Abraham Lincon, “*é o governo do povo, pelo povo e para o povo...*”. Essa concepção pressupõe que à coletividade cabe o protagonismo do funcionamento da gestão pública.¹⁷

Além de tudo isso, no seio da Administração Pública, o orçamento autorizativo confere ao Executivo ampla liberdade de ação e tem sido o instrumento para convencer parlamentares. Os grandes grupos econômicos influenciam sobre os processos de privatizações, a regulamentação da atividade

¹⁷ - GUIMARÃES, Samuel Pinheiro Guimarães. Os Donos do Poder: a macro-estrutura. Disponível em: <http://resistir.info/brasil/donos_poder.html>. Acesso em: 27 julho de 2015.

fiscalizadora das agências do Estado; sobre a elaboração das normas relativas a tributos e tarifas públicas. E, no Judiciário, grandes empresas conseguem escapar da tributação ou protelar o pagamento de impostos através de manobras legais. Enquanto isso, com a maioria assalariada o fisco é implacável; o aparelho policial é severo com as populações pobres e extremamente brando com a classe média, em especial com os ricos e poderosos.¹⁸

IV. Considerações finais

Como de pode notar, no Brasil desde o início do século XIX, pode-se observar a luta pela centralização do poder, desde as ações do rei Dom João, perpassando pelo período em que Dom Pedro regia a nação, até a era Vargas. O poder sempre esteve nas mãos de poucos, como descreve Faoro, do estamento burocrático, e as articulações ocorridas no mundo político gravitavam em torno de interesses não do povo, mas sim de uma oligarquia, apesar de que, em alguns momentos, no discurso, os donos do poder levaram a população a acreditar que suas ações eram voltadas para o povo.

Talvez, Getúlio Vargas tenha sido aquele que apresentou propostas que poderiam gerar benefícios para o povo, porém suas ações ainda são contestadas. Assim como Dom Pedro na política, Getúlio Vargas tentava centralizar o poder todo em suas mãos. E ao mesmo tempo em que Dom Pedro na sua fala na abertura da Constituição de 1823 passava uma ideia de Imperador popular, suas decisões eram contraditórias, por fim, um ditador que resistia em permanecer com sistema monárquico no Brasil. Getúlio Vargas que ficou com a imagem de protetor dos trabalhadores, era também contraditório, em suas decisões que resistia em um regime autoritário e ditador.

Como se vê, as desigualdades econômicas de hoje têm origem no sistema de exploração que a Metrópole portuguesa impôs à Colônia brasileira, fundado na escravidão, no latifúndio, no monopólio comercial parasitário e na proibição de simples atividades manufatureiras, todos os mecanismos de concentração de

¹⁸ - Ibidem.

riqueza, tanto em favor da Metrópole como das classes proprietárias, dos homens livres e dos comerciantes reinóis.

A responsabilidade pelo subdesenvolvimento deduz-se da tese de Faoro, é do aparelhamento burocrático, trazido pela administração colonial portuguesa. Trata-se do domínio de uma casta de altos funcionários aliada ao patronato político cujos interesses comuns formam uma associação parasitária. Adonando-se dos principais postos e dos mais relevantes cargos da engrenagem administrativa e política do país, exercem um poder que lhes permite acumular enormes fortunas. Colocados habilmente fora do controle geral da sociedade ou imune a ele, multiplicam sem cessar as benesses e os favores que acreditam ter direito. Faoro demonstra que essa máquina político-administrativa, ocupa o lugar da antiga nobreza parasitária das cortes europeias, vivendo ao abrigo dos reis e “acumulando fortunas devidas ao favor”. Daí imaginar-se que o caminho ao desenvolvimento se daria com a ruptura da tutela exercida pelo poder burocrático sobre a nação brasileira.

Os estudos sobre o patrimonialismo demonstram como a ideia de público e privado na tradição brasileira não apresenta uma separação muito distinta. Pela tese de Faoro, deduz-se que a responsabilidade pelo subdesenvolvimento é do aparato burocrático trazido para o Brasil pela administração colonial portuguesa, onde prevaleceu o domínio de uma casta de altos funcionários, cujos interesses comuns formam uma associação que se apropria dos principais cargos da engrenagem administrativa e política. A isso denominou de estamento burocrático.

Essa máquina político-administrativa controlada pelo estamento burocrático manteve a nação sob tutela. Essas pessoas entendem a coisa pública como extensão do próprio patrimônio e, em face do poder que exercem, acumulam fortunas. No entender de Faoro, o cupam o lugar da outrora nobreza parasitária que cercava as cortes europeias, vivendo ao abrigo dos reis.

Na herança legada do patrimonialismo na formação brasileira, como produtos de uma situação histórica adquirida das antigas estruturas coloniais, mostra-se evidente a burocracia ineficiente e autoritária das instituições públicas, bem como a equivocada forma de gestão e concepção da coisa comum que, na

maioria das vezes, trata a coisa pública como se particular fosse, não distinguindo a separação entre o que é individual e o que pertence à coletividade. Enfim, a acomodação, o individualismo e a corrupção tornam-se práticas comuns, não florescendo na sociedade política valores republicanos.

Resulta afirmar que o estamento-burocrático faoroniano estabelece as bases à Administração Pública brasileira contemporânea, ainda que se reconheça a existência de uma evolução da Administração Pública para comportar a inflação de funcionários públicos necessários para a condução do Estado, se nota entranhada no sistema, a doença herdada desde a chegada da Família Real de Portugal, isto é, a corrupção.

Para encerrar, esta praga cultural, depois de todo o dito, conseguimos identificar claramente a sua origem histórica, presente desde sempre no interior da Administração Pública, encontra-se no departamento de uma Prefeitura localizada no interior do Nordeste do Brasil, assim como na mais alta hierarquia do Palácio do Planalto na Capital brasileira. Corrói diversas áreas da vida dos brasileiros diretamente, ainda que presente diversos instrumentos de controle intrínsecos no seio da Administração Pública,¹⁹ tais como a Lei de Improbidade e Licitações, estes não conseguem abarcar todas as condições de possibilidades de corrupções que o próprio sistema criou ao longo da história.

¹⁹ - Houve importantes mudanças voltadas à estrutura administrativa, à gestão de pessoas, à publicização das funções e à flexibilização do funcionamento, gerando um novo modelo para o aparelho do Estado. (SANTOS, Luiz Alberto dos. Reforma Administrativa no contexto da democracia. São Paulo: DIAP, 1997.)